EMENDA Á LEI ORGÂNICA Nº 029/2015
"REVOGA DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA"

ADRIANO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE **EMENDA:**

Artigo 1º - Fica revogado o inciso XXIII do artigo 4º da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé.

Artigo 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de dezembro de 2015.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente

SCHEHERAZAD DO PRADO SOUZA
1ª Secretária

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de dezembro de 2015.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 028 /2014

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 28 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ALEX CHIARADIA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O inciso IXI do Artigo 28 da Lei Orgânica do Município passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 28 – ARTIGO 28 — Compete, privativamente, à Câmara Municipal:

omissis

(...)

XIX — fixar, observado o que dispõem os Artigos 29, V; 37, XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, sobre os quais incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza, vedada a redução dos valores vigentes à época da fixação.

ARTIGO 3º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de julho de 2014.

ALEX CHIARADIA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de julho de 2014.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA Á LEI ORGÂNICA Nº 027/2013

"Suprimi dispositivos da Lei Orgânica do Município na forma que especifica"

ALEX CHIARADIA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE **EMENDA:**

Artigo 1º - Fica suprimido o inciso XIII do artigo 27 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 27 de novembro de 2013.

ALEX CHIARADIA
Presidente

RENATO VARGAS JUNIOR
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 27 de novembro de 2013.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 26 /2013

Acrescenta alínea ao Artigo 150, I da Lei Orgânica do Município.

ALEX CHIARADIA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE **EMENDA:**

ARTIGO 1º - o Inciso I do Artigo 150, da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé passa a vigora com a seguinte redação.:

"ARTIGO 150 – Omissis.

I –

a) No primeiro ano de mandato do Prefeito o prazo para encaminhar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município é 6 (seis) meses antes do término do exercício financeiro, e devolvido para sanção até o final do primeiro mês após o recesso legislativo."

Artigo 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de junho de 2013.

ALEX CHIARADIA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de junho de 2013.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora GeraL

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 25

Acrescenta Dispositivos à Lei Orgânica do Município de Tremembé – LOM

LUIZ CARLOS DE LIMA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE **EMENDA:**

Art.1º - Fica acrescentado à Lei Orgânica do Município de Tremembé, o seguinte artigo 99-A:

"Art. 99-A – Fica proibida a nomeação, a contratação ou a designação para cargos, função, empregos ou para a prestação de serviço pela Administração Pública direta e indireta do Município de Tremembé de pessoa declarada inelegível em razão de condenação pela prática de ato ilícito, nos termos e pelo prazo dispostos na Lei Complementar nº 135/2010.

§ 1º - Incorrem na mesma proibição de que trata o *"caput"* deste artigo os detentores de mandato eletivo declarados inelegíveis por renunciarem a seus mandatos, desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivos da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município ou do Distrito Federal.

§ 2º - Fica o servidor nomeado, contratado ou designado obrigado a apresentar, antes da posse ou contratação, a comprovação que não se encontra na situação de vedação de que trata este artigo."

Art. 2º - Fica acrescentado à Lei Orgânica do Município de Tremembé, o seguinte artigo 99-B:

"Art. 99-B – Não poderá prestar serviço à Administração Pública direta e indireta de Tremembé, nos termos e pelo prazo dispostos na Lei Complementar nº 135/2010, a pessoa contratada por terceiro interposto que tenha sido declarada inelegível em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado devido às seguintes situações:

I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II – condenação, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o

cumprimento da pena, pelos crimes elencados no artigo 1° da Lei Complementar n°. 64/90, com redação dada pelo artigo 2° da Lei Complementar n°. 135/2010.

Parágrafo único – Fica a terceira pessoa interposta a que se refere o *"caput"* deste artigo, obrigada a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que pessoa contratada que prestará serviço ao Município não incorre nas proibições de que trata este artigo."

Art. 3° - Fica acrescentado nas Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Tremembé, o seguinte artigo 236:

"Art. 236 – os atuais ocupantes de cargos, funções ou empregos de livre nomeação, de confiança ou em comissão, prestadores de serviços diretos ou contratados por intermédio de terceira pessoa interposta na Administração Pública direta e indireta de Tremembé, ficam obrigados a apresentar ao setor de recursos humanos do órgão ou entidade ao qual estão ligados, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Emenda, declaração de que não incorrem nas proibições de que trata 99-A."

Art. 4° - Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrario.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 30 de maio de 2012.

LUIZ CARLOS DE LIMA
Presidente

JAIR BENTO DE SOUZA
1° Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de maio de 2012.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 24

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA".

LUIZ CARLOS DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte EMENDA:

ARTIGO 1º - O Artigo 136 da Lei Orgânica do Município passa a viger com a seguinte redação:

"ARTIGO 136 – O Município dispensará a MEI – Micro-empreendedor individual, ME – Microempresa, EPP – Empresa de Pequeno Porte e EIRELE – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, assim definidas em Lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentiva-las pela simplificação de suas atribuições administrativas, tributárias e creditícias por meio de Lei".

ARTIGO 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 23 de maio de 2012.

LUIZ CARLOS DE LIMA
Presidente

JAIR BENTO DE SOUZA
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de maio de 2012.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 23

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte EMENDA:

ARTIGO 1º - O Artigo 24, o § 3º do Artigo 46 e o Artigo219 da Lei Orgânica do Município ficam vigorando com a seguinte redação:

I - "ARTIGO 24 – A Mesa da Câmara poderá enviar solicitação de documentos e pedidos de informações ao Prefeito, aos seus auxiliares diretos ou a qualquer pessoa responsável, dentro da administração pública direta ou indireta do Município, os quais deverão ser atendidos no prazo de 15 (quinze) dias".

II - "ART. 46 – Omissis.

§ 3º - O prazo previsto no § 1º deste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara."

III – "ART.219- O Município poderá instituir o fornecimento de cesta básica aos seus servidores, desde que haja disponibilidade financeira, a critério do Executivo".

ARTIGO 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Emenda à Lei Orgânica do Município nº 20, de 31/08/2010.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 01 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS DE LIMA
Presidente

JAIR BENTO DE SOUZA
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 01 de novembro de 2011.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 22

INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA."

LUIZ CARLOS DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda:

ARTIGO 1º - O artigo 28 da Lei Orgânica do Município fica acrescido do inciso XXI, com a seguinte redação:

"ARTIGO 28 - ...

XXI – Julgar Pedido de Reexame da decisão das Contas do Prefeito Municipal, a pedido do interessado, por ofensa à Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal ou legislação pertinente ao caso."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 24 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS DE LIMA
Presidente

JAIR BENTO DE SOUZA
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de maio de 2011.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 21

Altera a redação do parágrafo único do artigo 75, da Lei Orgânica do Município, na forma que especifica.

LUIZ CARLOS DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda:

ARTIGO 1° - O parágrafo único do artigo 75, da Lei Orgânica do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 75 – Omissis

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao ocupante do cargo político de Secretário são estendidos os direitos assegurados nos §§ 1º e 2º, do Artigo 62, desta Lei Orgânica e no inciso VIII do art. 7º, da Constituição Federal."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS DE LIMA
Presidente

JAIR BENTO DE SOUZA
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de maio de 2011.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

ADIN

Revogada (EM. 23)

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 20

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 219 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JAIR BENTO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda:

ARTIGO 1º - Fica o artigo 219 da LOM vigorando com a seguinte redação:

"Art. 219 – O Município deverá instituir o fornecimento de cesta básica aos seus servidores."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 31 de agosto de 2010.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de agosto de 2010.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 19

ALTERA A REDAÇÃO E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JAIR BENTO DE SOUZA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Fica suprimida a expressão "e da Câmara Municipal", do § 2º do Artigo 50 da LOM, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
" § 2º - As contas do Prefeito Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer se não houver deliberação dentro deste prazo."

Artigo 1º-A – O inciso XXIII do Art. 4º da LOM passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º - ...

XXIII – não permitir o uso de cancelas, correntes ou quaisquer outros meios reguladores ou obstrutivos do livre trânsito e passagem, em via, logradouros ou estradas municipais, salvo mediante concessão ou permissão de uso, nos termos desta Lei."

ARTIGO 2º - O Artigo 61 da LOM passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 61 – O mandato do Prefeito é de quatro anos, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição."

ARTIGO 3º - Fica revogado, em todos os seus termos, o § 2º do Artigo 89 da LOM.

ARTIGO 4º - Fica revogado, em todos os seus termos, o § 2º do Artigo 167 da LOM.

ARTIGO 5º - Fica revogado, em todos os seus termos, o Artigo 217 das disposições finais.

Artigo 6º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2009.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
2º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé em 27 de outubro de 2009.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 18

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ARTIGO 1º – O inciso I do Artigo 150, da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 150 .....

I – o projeto de lei de diretrizes orçamentárias do Município será encaminhado até 7 (sete) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da Sessão Legislativa."

ARTIGO 2° - O Artigo 110 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 110 – A Prefeitura e a Câmara Municipal são obrigadas a fornecer, a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar, injustificadamente, a sua expedição, e no mesmo prazo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz ou pelo Órgão do Ministério Público.

§ 1º - A certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito será fornecida pela Secretaria da Câmara Municipal.

§ 2º - Todo órgão ou entidade municipal prestará aos interessados, no prazo da lei e sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição Federal.

§ 3º - O atendimento à petição formulada em defesa dos direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto as repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, independerá de pagamento de taxas.

§ 4° - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário Municipal competente e/ou, conforme o caso, pela Chefia de Gabinete do Prefeito."

ARTIGO 3º – Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de abril de 2009.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 17

Introduz alterações na Lei Orgânica do Município, na forma que especifica.

JAIR BENTO DE SOUZA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

Artigo 1º - A Lei Orgânica do Município passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ARTIGO 22 — Por deliberação da maioria absoluta de seus membros, a Câmara poderá convocar o Secretário Municipal para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

PARÁGRAFO ÚNICO — O não comparecimento do convocado, sem justificativa, será considerado como desacato à Câmara e, se este for Vereador licenciado, tal ato caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da Legislação Federal, e conseqüente cassação do mandato.

ARTIGO 23 — Qualquer Secretário Municipal poderá solicitar audiência perante o Plenário ou Comissão da Câmara, para explanação sobre assuntos de sua competência.
PARÁGRAFO ÚNICO — A solicitação de audiência por Secretário Municipal será feita através de oficio dirigido ao Presidente da Câmara, que marcará data e horário para o comparecimento do Secretário Municipal perante a Câmara.

Alterado

ARTIGO 24 — A Mesa da Câmara poderá enviar solicitação de documentos e pedidos de informações ao Prefeito ou a qualquer Secretário Municipal, importando em crime de responsabilidade o não atendimento no

prazo de 15 (quinze) dias, bem como a prestação de informações falsas.

ARTIGO 28 — Compete, privativamente, à Câmara Municipal:
I — omissis;
XVIII — fixar, observado o que dispõem os Artigos 29, VI; 37, XI; 39, §4º; 150, II; 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores em cada legislatura, para vigorar na subseqüente, sobre a qual incidiro imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza;

XIX — fixar, observado o que dispõem os Artigos 29, V; 37, XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, sobre os quais incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza;

ARTIGO 62 — O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, se ausentar do Município por período superior a 20 (vinte) dias, sob pena de perda do mandato.

§ 1º — O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a perceber o subsídio quando.
I – impossibilitado de exercer o cargo por motivo de doença devidamente comprovada ou de licença-gestante;
II – em gozo de férias;
III – a serviço ou missão de representação do Município.
§ 2º - O Prefeito gozará de férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do subsídio, ficando a seu critério a escolha da época para usufruir do descanso.
§ 3º - O subsídio do Prefeito será estipulado na forma do Artigo 28, XIX, desta Lei Orgânica.

ARTIGO 66 — O Prefeito poderá delegar aos Secretários do Município, por decreto, as funções previstas nos Incisos XIV, XV, XVII, XIX, XXII, XXIV, XXVII, XXX, XXXI, XXXII e XXXIV, além de estabelecer qualquer outra não prevista nesta lei.

ARTIGO 68 — As incompatibilidades declaradas no Artigo 30, seus incisos e alíneas, desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários do Município".

ARTIGO 73 — são auxiliares diretos do Prefeito:

I — os Secretários Municipais;
II — os subprefeitos;
III – Ouvidor.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os cargos políticos de que trata este artigo são de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

ARTIGO 74 — Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos Secretários Municipais, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

ARTIGO 75 — São condições essenciais para a investidura no cargo político de Secretário Municipal:

I — ser brasileiro nato ou naturalizado;

II — estar em exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de 18 (dezoito) anos;

IV — ter formação técnica profissional de nível superior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao Secretário Municipal é estendidos os direitos assegurados no § 1° do Artigo 62, desta Lei Orgânica.

ARTIGO 76 — Além das atribuições fixadas em lei, compete ao Secretário Municipal:

I — subscrever atos e regulamentos referentes ao órgão da administração que lhe seja afeto;

II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III— revogado

IV – comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

PARÁGRAFO ÚNICO — A infringência do Inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

ARTIGO 77 — Os Secretários do Município são responsáveis, solidariamente com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

ARTIGO 80 — Os Secretários do Município farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

ARTIGO 81 — . . .

I — omissis
IV — o Secretário de Assuntos Jurídicos do Executivo;

ARTIGO 95 – O servidor, com mais de 05 (cinco) anos de efetivo serviço, que venha a exercer, a qualquer título, cargo ou função que lhe proporcione remuneração ou vencimentos superior à do cargo de que seja titular ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença por ano até o limite de 10 (dez) décimos.
PARÁGRAFO ÚNICO – O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos políticos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo Municipal.

ARTIGO 108 — O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os Secretários e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o

segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

ARTIGO 165 — . . .

§ 1° — Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão subordinados ao planejamento e controle do Conselho Municipal de Saúde.

ARTIGO 166 — São competências do Município:

I — comando do Sistema Único de Saúde, em articulação com a Secretaria de Estado da Saúde;"

Artigo 2° - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

RENATO VARGAS JUNIOR
1° Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de abril de 2009.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 16

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 8º E 9º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR BENTO DE SOUZA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - o Artigo 8º, "caput", da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

"ART. 8º - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de 09 (nove) Vereadores, eleitos pelo sistema proporcional, através do voto direto e secreto, com mandato de quatro anos."

ARTIGO 2º - O Artigo 9º, caput, da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

"ART. 9º - O número de Vereadores será revisto em razão da alteração populacional e de acordo com o que estabelece a Constituição Federal".

ARTIGO 3º - Ficam suprimidos os §§ 2º e 3º, bem como os incisos I a IVV, todos do artigo 9º e o parágrafo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O número de habitantes a ser utilizado como base de cálculo para a revisão de que trata o caput deste artigo será aquele fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE".

ARTIGO 4º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de abril de 2009..

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

Proc. 111 Fls. 16

Rubrica:

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 015

"Altera a redação do artigo 90 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé."

JAIR BENTO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

ARTIGO 1° - O Artigo 90 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 90 – Fica assegurado a, no máximo, 03 (três) servidores públicos eleitos para cargos no sindicato da categoria, o direito de se afastar de suas funções durante o tempo que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, nos termos da lei".

ARTIGO 2° - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

MARCOS VENÍCIOS DE SOUSA BUENO
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 12 de dezembro de 2007.

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 014

"Dá nova redação ao artigo 110 e desdobra o seu parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, na forma que especifica"

JAIR BENTO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda:

ARTIGO 1º - O artigo 110 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º, com as seguintes redações:

"**Artigo 110 – A Prefeitura e a Câmara deverão fornecer a qualquer interessado informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, que serão prestadas no prazo e forma estabelecidos na legislação federal, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.**

§ 1º - A obtenção de certidões em repartições públicas afetas ao Município, para defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, independerá do pagamento de taxas.

§ 2º - As certidões relativas ao Poder Executivo serão expedidas e assinadas pelos responsáveis das Unidades Administrativas das respectivas áreas técnicas ou administrativas da Prefeitura, observada rigorosamente as atribuições de cada uma delas, precedidas, obrigatoriamente, de expressa manifestação pela Procuradoria Geral do Município, sob pena de responsabilidade e de nulidade absoluta do ato expedido.

§ 3º - As certidões declaratórias de efetivo exercício do Prefeito serão fornecidas pelo Presidente da Câmara Municipal."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de maio de 2007.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

MARCOS VENICIOS DE SOUSA BUENO
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de maio de 2007.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO nº 013

"Altera a redação do Artigo 227 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé"

JAIR BENTO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Emenda:

ARTIGO 1° - O artigo 227 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 227 – É garantida a isenção de pagamento de transporte coletivo, dentro do território municipal realizado pelas empresas concessionárias, a todo cidadão que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, através de carteira de identidade."

ARTIGO 2° - Esta emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de abril 2007.

JAIR BENTO DE SOUZA
Presidente

MARCOS VENICIOS DE SOUSA BUENO
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de abril de 2007.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÍ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 12

"Altera a redação dos artigos 73, 75, 76, 81 e 88 da Lei Orgânica do Município na forma que especifica"

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Os artigos 73, 75, 76, 81 e 88 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 73 -** ...

I – os assessores, os diretores de departamento, os procuradores chefes e o procurador geral do município;"

"**Artigo 75** – São condições essenciais para investidura nos cargos de assessor, diretor de departamento, procurador chefe e procurador geral do município:"

"**Artigo 76** – Além das atribuições fixadas em lei, compete aos diretores de departamento, assessores e ao procurador geral do município:"

"**Artigo 81 -** ...

IV – Procurador Geral do Município;"

"**Artigo 88** – São cargos em comissão os criados e declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de novembro de 2006.

FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
Presidente

RENATO VARGAS JUNIOR
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de novembro de 2006.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 11

"ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA."

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O inciso III do artigo 225, da Lei Orgânica do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 225 – omissis

III – estabelecimentos penais e de recolhimento e/ou internação de crianças e adolescentes, na faixa de 12 a 18 anos, autores de ato infracional, bem como a expansão dos já existentes."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 14 de dezembro de 2005.

FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de dezembro de 2005.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 10

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, NA FORMA QUE ESPECIFICA."

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O Capítulo II do título IV, da Lei Orgânica do Município, que passa a ter nova redação, fica acrescentado de mais uma Seção, na seguinte conformidade:

"TÍTULO IV

...

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, DOS ESPORTES E LAZER E DO TURISMO

SEÇÃO V
DO TURISMO

ARTIGO 188^{A}. – Fica criado o Conselho Municipal de Turismo do Município, como órgão consultivo do Poder Executivo Municipal, voltado para o assessoramento nas questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município.
PARÁGRAFO ÚNICO – O Conselho ora criado terá sua composição, organização e competência fixadas em lei de iniciativa privativa do Senhor Prefeito Municipal."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 14 de dezembro de 2005.

FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
Presidente

RENATO VARGAS JÚNIOR
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de dezembro de 2005.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 09

Dispõe sobre a atualização da Lei Orgânica Municipal nas formas em que especifica.

ANTONIO CARLOS FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O Artigo 3º da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 3º- São símbolos do Município a Bandeira, o Brasão de Armas, ***o Hino*** e outros estabelecidos em lei municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – É data cívica do Município o dia 26 de novembro que comemora sua emancipação político-administrativa ocorrida no ano de 1.896 , e feriado religioso o dia 06 de agosto, que comemora o dia do Senhor Bom Jesus, padroeiro da cidade."

ARTIGO 2º - O Artigo 4º ***caput*** e incisos **I, III, XIV, XXIII, XXIV e XXVIII**, e **Artigo 6º** da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 4º - **Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar e prover tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe, privativamente, entre outras as seguintes atribuições:**

I — Revogado

III -elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, **com o objetivo de promover o desenvolvimento da função social da Cidade;**

XIV — promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, **observado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.**

XXIII –não permitir o uso de cancela, correntes ou quaisquer outros meios reguladores ou obstrutivos do livre trânsito e passagem, em vias logradouros e estradas municipais **salvo na**

hipótese de loteamentos fechados aprovados nos moldes do plano diretor de que trata o artigo 102 e parágrafos, desta Lei.
XXIV –conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo **interno** e de táxis, fixando as respectivas tarifas;
XXVIII — Revogado "

"ARTIGO 6º.- Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber."

ARTIGO 3º - Os Artigos **19, e 33** da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 19 - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas pela câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores

§ 1º - Omissis

b) Requisitar do órgão investigado a exibição de documentos e a prestação de esclarecimentos."

" ARTIGO 33- Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga, licença **e de ausência em sessão de julgamento de agentes políticos.**

§ 4º Na hipótese de a ausência se dar em Sessão de Julgamento de agentes políticos, a convocação do Suplente desimpedido para tal mister será imediata."

ARTIGO 4º - O Artigo 34 e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 34- O Vereador nomeado para exercer cargo de ***auxiliar direto do Prefeito*** deverá se afastar da vereança, podendo reassumí-la a qualquer tempo, desde que deixe de ocupar o cargo para o qual foi nomeado.

PARÁGRAFO ÚNICO -É assegurado ao Vereador o direito de optar pela remuneração do mandato eletivo ou do cargo de ***auxiliar***."

ARTIGO 5º - Fica **revogado** o **Artigo 35** da Lei Orgânica do Município de Tremembé:

"ARTIGO 35- **REVOGADO."**

ARTIGO 6º - O Artigo 50 *caput,* Artigo 51 *caput,* e Artigo 55 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

" **ARTIGO 50 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, quanto à legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e economicidade, será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, observando-se o disposto na legislação federal e estadual, bem como pelos conselhos populares."**

" ARTIGO 51 — **Os Poderes Executivo e Legislativo manterão sistema de controle interno, a fim de:"**

" ARTIGO 55- **O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito."**

ARTIGO 7º - O Artigo 68 e Artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 68- As incompatibilidades declaradas no Artigo 30, seus incisos e alíneas, desta lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos seus **auxiliares**."

"ARTIGO 72- **REVOGADO**."

ARTIGO 8º - O inciso I do Artigo 73, que fica acrescido do inciso III, da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 73- são auxiliares diretos do Prefeito:

I- Assessores **e os diretores de departamento**;

III- o chefe de gabinete."

ARTIGO 9º - O Artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Tremembé fica acrescido de parágrafo único com três incisos e passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 75- são condições essenciais para a investidura nos cargos de **diretor de departamento** e de assessor:

III -ser maior de **18 (dezoito)** anos;

PARÁGRAFO ÚNICO – São requisitos para investidura do cargo de chefe de gabinete:

I -ser brasileiro nato ou naturalizado;

II -estar em exercício dos direitos políticos;

III -ser maior de 18 (dezoito) anos;"

ARTIGO 10 - O Artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 76- Além das atribuições fixadas em lei, compete aos **diretores de departamento** e assessores:"

ARTIGO 11 - O Artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 77- **Os auxiliares** são responsáveis, solidariamente com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem."

ARTIGO 12 – O inciso VI do Artigo 81 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 81- Fica criado o Conselho do Município, como órgão superior de consulta do Prefeito, do qual participam:

VI - 6 (seis) cidadãos brasileiros, domiciliados e eleitores no Município, com mais de **18 (dezoito)** anos de idade, sendo 3 (três) indicados pela câmara e 3 (três) indicados pelo Prefeito."

ARTIGO 13 - O Artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 84- O Conselho do Município deverá ser instalado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, **contados do primeiro dia da posse do Prefeito, sob a presidência deste."**

ARTIGO 14 - O Artigo 85, *caput*, e incisos I, II, VI, XIII, XIV, alínea "c" do inciso XX, e XXV, da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 85- A administração pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, **eficiência** e ao seguinte:

I -os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros, na forma da lei.**

II -a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, **de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei**, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

VI - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV -os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XX -é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horário, nos seguintes casos:

c) a de dois cargos **ou empregos** privativos **de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;**

XXV – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;"

ARTIGO 15 - O Artigo 88 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 88- São cargos em comissão, admitindo provimento em caráter provisório, destinando-se ao exercício

de funções de confiança, de livre nomeação e exoneração, os de diretor de departamento, assessor e chefe de gabinete."

ARTIGO 16 - O Artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 89- O Município **manterá** regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

§ 1º - REVOGADO."

ARTIGO 17 - O Artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 99- são estáveis, após **03 (três) anos** de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público."

ARTIGO 18 - O Artigo 100 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 100- O Município poderá constituir Guarda Municipal destinada **à** proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar."

ARTIGO 19 - O Artigo 101, *caput*, e incisos I, II, III, IV do §2º e §3º, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 101- A ***A***dministração ***M***unicipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 2º- As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município se classificam em:

I -AUTARQUIA: *presta* serviço autônomo, criad***a*** por lei *específica, possui* personalidade jurídica **de direito público, bem** *como* patrimônio e receita próprios, para executar**, em nome próprio,** atividades típicas da administração pública, que

requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II -EMPRESA PÚBLICA: é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, **sendo sua instituição autorizada por lei específica, constituída sob o regime do direito privado**, para exploração de atividades econômicas, que seja levada a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo se revestir de qualquer das formas admitidas em direito;

III -SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA: é dotada de personalidade jurídica de direito privado, **sendo sua instituição autorizada por lei específica, constituída sob o regime do direito privado**, para exploração de atividades econômicas, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município, ou a entidade da administração direta;

IV -FUNDAÇÃO PÚBLICA: a entidade de personalidade jurídica de direito privado, criada, **em virtude de autorização legislativa**, para o desempenho de atividades **não lucrativas e atípicas**, com autonomia administrativa e patrimônio próprios geridos pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º- A entidade de que trata o Inciso IV do § 2º deste artigo, adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas."

ARTIGO 20 - Altera as redações dos §§ 1º *usque 3º,* e acresce o § 4º no Artigo 102 da Lei Orgânica Municipal

" ARTIGO 102- O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes do Plano Diretor **instituído nos moldes do art. 182 da Constituição Federal e legislação pertinente,** e mediante sistema de planejamento.

§ 1º- O Plano Diretor é **o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município e** dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, **é**

parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º- O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º- A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º- No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. "

ARTIGO 21 – O *caput* do Artigo 104 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 104- A publicação das leis e atos municipais será feita pela imprensa oficial do Município e, na falta desta, por órgão da imprensa local ou regional, ou por afixação na Sede da Prefeitura e da Câmara Municipal."

ARTIGO 22 - O § 1° do Artigo 116 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 116- O Município, preferentemente à venda ou à doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública."

§ 1º- A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades

assistenciais e, **em caso de concessão precedida de autorização legislativa, a associações de moradores de loteamentos fechados aprovados nos moldes do plano diretor de que trata o artigo 102 e parágrafos, desta Lei,** ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado."

ARTIGO 23 - O Artigo 118 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 118- É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças e jardins, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou ao comércio autônomo ambulante, **parques de diversão e circos."**

ARTIGO 24 – O Artigo 119, § 1º e 4º da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 119 – O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão, a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público exigir, salvo na hipótese prevista no § 1º do Artigo 116 desta Lei.

§ 1º - A concessão de uso de bens públicos, de uso especial e dominiais, dependerá de lei e concorrência pública e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º do artigo 115 e no § 1º do artigo 116 desta lei.

§ 4º - Somente será considerado vago o boxe em próprio municipal se houver rescisão contratual ou cancelamento da firma locatária."

ARTIGO 25 - O Artigo 120 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 120- Poderão ser cedidos, **por meio de autorização de uso**, a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine o termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos."

ARTIGO 26 - O Artigo 123, §1°, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 123- Incumbe ao Município**, nos termos da legislação pertinente,** a prestação de serviços, diretamente ou sob regime da *concessão, permissão ou autorização*, que se fará sempre através de licitação, **na modalidade compatível, obedecendo, em qualquer caso, aos princípios da continuidade, da generalidade, da eficiência, da modicidade e da cortesia.**

§ 1º - A lei disporá**, inclusive**, sobre:

I- *o* regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, ***o*** caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como das condições de caducidade, fiscalização e rescisão;

III -política tarifária **a qual deverá fixar tarifas pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservá-las pelas regras de revisão previstas no edital e no contrato."**

ARTIGO 27 - O Artigo 124 e §1°, §2°, §3° acrescido dos incisos I, II, III e IV, §4° e §5°, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 124- ***Concessão é a delegação da prestação do serviço público, feita pelo Poder Executivo, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado. Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo Poder Executivo à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. Autorização é ato discricionário e precário pelo qual o Prefeito Municipal, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, outorga o serviço público a terceiros.***

§ 1º- Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões ***e as autorizações,*** bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º- Os serviços permitidos, concedidos ***ou autorizados*** ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executam, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º- O Município poderá:

I- intervir na concessão ou permissão, por meio de decreto contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

II- precedido de processo administrativo que propicie ampla defesa e comprovada a inadimplência, declarar a caducidade da concessão ou permissão, por decreto do Poder Executivo, independentemente de indenização prévia.

III- encampar o serviço durante o prazo da concessão ou permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

IV- anular o ato de concessão ou permissão por vício na sua outorga.

§ 4º- As licitações para a concessão **e permissão** de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade em jornais e rádios locais ou da região, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

§ 5º- No vencimento de contrato para exploração de serviços de transportes coletivos urbanos, deverá ser aberta concorrência pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com publicação em jornal de **grande** circulação regional."

ARTIGO 28 - O Artigo 125 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 125- As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo , tendo-se em vista a justa remuneração **sob a égide do princípio da modicidade."**

ARTIGO 29 - O Artigo 128 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 128- São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria decorrentes da **valorização imobiliária *proporcionada por*** obras públicas, instituídos sempre por lei municipal, **atendendo-se aos** princípios estabelecidos na Constituição Federal e na **legislação tributária."**

ARTIGO 30 – Fica revogado o inciso III do Artigo 129 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, e seu inciso IV e §1° e § 3° passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 129- São de competência do Município os impostos sobre:

III**- (revogado);**

IV- serviços de qualquer natureza não incluídos na competência estadual, compreendida no artigo 155, **II,** da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

§ 1º- O imposto previsto no inciso I deste artigo poderá ser progressivo, nos termos da lei, **obedecendo aos critérios previstos no art. 182 da Constituição Federal e nos artigos 102 e 103 desta Lei**, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade. **Sem prejuízo do previsto neste parágrafo, a progressividade poderá ocorrer em razão do valor do imóvel e as respectivas alíquotas poderão ser diferenciadas de acordo com a sua localização.**

§ 3º- A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca **do imposto previsto no inciso IV** deste artigo."

ARTIGO 31 - O Artigo 130 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 130- As taxas só poderão ser instituídas por lei **e** em razão do exercício do ***p***oder de **p**olícia ou pela utilização efetiva ou **em** potencial de serviços públicos, específicos ou divisíveis,

prestados ao contribuinte ou postos **a sua** disposição pelo Município."

ARTIGO 32 - O Artigo 131 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 131- A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis **efetivamente valorizados** por obras públicas municipais, **tendo como fato gerador** o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado."

ARTIGO 33 - O Artigo 146, *caput*, e inciso II da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação e fica acrescido dos incisos IV, V e VI:

"ARTIGO 146- A elaboração e a execução da lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual de investimentos obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de direito financeiro, **na Lei de Responsabilidade Fiscal** e nos seguintes preceitos:

II - a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária, **o equilíbrio entre receitas e despesas, as normas de controle de custos e de avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento sendo sempre compatível com o Plano Plurianual.**

IV – é condição obrigatória para aprovação, pela Câmara, do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas apresentadas.

V – a lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexos de Metas e Riscos Fiscais, estabelecendo metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois subseqüentes, avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informação sobre providências tomadas, se for o caso.

VI – O projeto de lei orçamentária anual será compatível com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, e conterá demonstrativo, em anexo, da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais."

ARTIGO 34 - O Artigo 150 e seu inciso III, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 150- **Além de outras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e legislação pertinente, serão obedecidas as seguintes normas:**

III – o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, após aprovadas, não poderão receber emendas."

ARTIGO 35 - Os incisos I e II do Artigo 156 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 156- O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada, excetuando-se dessa proibição:

I - a autorização para abertura de créditos suplementares, *em obediência à legislação pertinente;*

II - a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei **e em obediência aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal."**

ARTIGO 36 - O Artigo 157 da Lei Orgânica do Município de Tremembé fica acrescido do inciso X e seu inciso III passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 157- são vedados:

III -a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa **e em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal**, aprovados pela Câmara, por 2/3 (dois terços) de seus membros;

X – aos titulares dos Poderes Executivo e Legislativo, nos últimos dois quadrimestres dos seus respectivos mandatos, contrair obrigação de despesas que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente

disponibilidade de caixa para este efeito, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal."

ARTIGO 37 - O Artigo 159 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 159- A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na ***Lei de Responsabilidade Fiscal."***

ARTIGO 38 – Fica revogado o inciso I do Artigo 164 eo Artigo 191 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

" ARTIGO 164 - As ações e serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, e constituem o Sistema Municipal de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

"I - REVOGADO"

" ARTIGO 191– Sem prejuízo do estatuído na legislação pertinente, o Município contribuirá com a defesa do consumidor mediante:"

ARTIGO 39 - O Artigo 192 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 192- Fica criado o Sistema Municipal de Proteção ao Consumidor, cujas atribuições não poderão ultrapassar as medidas de âmbito municipal, e que terá por objetivo a orientação e defesa do consumidor **na circunscrição** do Município."

ARTIGO 40- Os Artigos 197 *usque* 201 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a ter a seguinte redação:

" ARTIGO. 197 — **O Município, através dos Poderes Executivo e Legislativo e da comunidade, promoverá o desenvolvimento urbano e a preservação do meio ambiente com a finalidade de alcançar a melhoria da qualidade de vida e incrementar o bem-estar da população.**

§ 1º – A política de desenvolvimento urbano e preservação do meio ambiente terá por objetivo o pleno

desenvolvimento social da cidade e o atendimento das necessidades da população.

§ 2º – A função social da cidade é compreendida como direito de acesso de todo cidadão às condições básicas de vida.

§ 3º – O desenvolvimento urbano consubstancia-se em:

I – promover o crescimento urbano de forma harmônica com seus aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e administrativos;

II – atender às necessidades básicas da população;

III – manter o patrimônio ambiental do Município, através da preservação ecológica, paisagística e cultural;

IV – promover a ação governamental de forma integrada;

V – assegurar a participação popular no processo de planejamento;

VI – ordenar o uso e ocupação do solo do Município, em consonância com a função social da propriedade;

VII – promover a democratização da ocupação, uso e posse do solo urbano;

VIII – promover a integração e complementariedade das atividades metropolitanas, urbanas e rurais;

IX – promover a criação de espaços públicos para a realização cultural coletiva."

" ARTIGO 198 – São instrumentos do desenvolvimento urbano, a serem definidos em lei.

I – os planos diretores;

II – o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

III – o sistema cartográfico municipal e a atualização permanente do cadastro de imóveis;

IV – os conselhos municipais;

V – os códigos municipais;

VI – o solo criado;

VII – o banco de terra;

VIII – a regionalização e descentralização administrativa;

IX – os planos e projetos de iniciativa da comunidade."

"ARTIGO 199 – Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público promoverá e exigirá do proprietário, conforme a legislação, a adoção de medidas que visem a direcionar a propriedade de forma a assegurar:

I – a democratização do uso, ocupação e posse do solo urbano;

II – a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

III – a adequação do direito de construir às normas urbanísticas;

IV – meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, preservando e restaurando os processos ecológicos, provendo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, e controlando a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a qualidade de vida.

§ 1º – Para os fins previstos no caput deste artigo o Município usará, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – tributários e financeiros:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo;

b) taxas diferenciadas por zonas, segundo os serviços públicos;

c) contribuição de melhoria;

d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

e) banco de terra;

f) fundos especiais;

II – jurídicos:

a) discriminação de terras públicas;

b) desapropriação por interesse social ou utilidade pública;

c) parcelamento ou edificação compulsórios;

d) servidão administrativa;

e) restrição administrativa;

f) inventários, registros e tombamentos de imóveis;

g) declaração de área de preservação ou proteção ambiental;

h) medidas previstas no art. 182, § 4º, da Constituição Federal;

i) concessão do direito real de uso;

j) usucapião especial, nos termos do art. 183 da Constituição Federal;

l) solo criado.

III – administrativos:

a) reserva de áreas para utilização pública;

b) licença para construir;

c) autorização para parcelamento do solo;

d) regulamentação fundiária.

IV – políticos:

a) planejamento urbano;

b) participação popular.

V – outros previstos em lei.

§ 2º – A propriedade do solo urbano deverá cumprir sua função social, atendendo às disposições estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, preservando os aspectos ambientais, naturais e histórico-culturais, e não comprometendo a infra-estrutura urbana e o sistema viário.

§ 3º – O Município, mediante lei, exigirá do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, não-utilizado ou que compromete as condições da infra-estrutura urbana e o sistema viário, que promova seu adequado aproveitamento ou correção do agravamento das condições urbanas, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 4º – O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Executivo, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 5º – A lei municipal de que trata o § 1º deste artigo definirá parâmetros e critérios para o cumprimento das funções de propriedade, estabelecendo prazos e procedimentos para a aplicação do disposto nos incisos I, II e III.

§ 6º – Toda área urbana de propriedade particular que, por qualquer motivo, permaneça sem o uso social previsto na política urbana, nos termos da Constituição Federal, é suscetível de desapropriação, com vista a sua integração nas funções sociais da cidade. "

" ARTIGO 200 — **O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é peça fundamental da gestão do Município e tem por**

objetivo definir diretrizes para a execução de programas que visem à redução da segregação das funções urbanas e ao acesso da população ao solo, à habitação e aos serviços públicos, observados os seguintes princípios:

I – determinação dos limites físicos, em todo o território municipal, das áreas urbanas, de expansão urbana, e rurais e das reservas ambientais, com as seguintes medidas:

a) delimitação das áreas impróprias à ocupação urbana, por suas características geológicas;

b) delimitação das áreas de preservação ambiental;

c) delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor, hídrico, atmosférico e do solo;

II – determinação das normas técnicas mínimas obrigatórias no processo de urbanização de áreas de expansão urbana;

III – delimitação de áreas destinadas à habitação popular, atendendo aos seguintes critérios mínimos:

a) dotação de infra-estrutura básica;

b) situação acima de quota máxima das cheias;

IV – ordenação do processo de desmembramento e de remembramento;

V – estabelecimento das permissões e impedimentos do uso do solo em cada zona funcional, assim como dos índices máximos e mínimos de aproveitamento do solo;

VI – identificação dos vazios urbanos e das áreas subutilizadas, para o atendimento do disposto no art. 182, § 4º, da Constituição Federal;

VII – estabelecimento de parâmetros mínimos e máximos para parcelamento do solo urbano, que assegurem o seu

adequado aproveitamento, respeitadas as necessidades mínimas de conforto urbano.

VIII — Notificar os parceladores para que regularizem, nos termos da legislação federal, os loteamentos clandestinos, podendo, em caso de recusa, assumir, juntamente com os moradores, a regularização, sem prejuízo das ações punitivas cabíveis contra os loteadores;

IX — Prestar serviços públicos às populações moradoras de áreas não regularizadas ;

X — O Poder Público propiciará condições que facilitem às pessoas portadoras de deficiência física a locomoção no espaço urbano.

§ 1º. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano será elaborado conjuntamente pelo Poder Executivo, representado por seus órgãos técnicos, Poder Legislativo e população organizada a partir das regiões e das entidades gerais da sociedade civil do Município.

§2º – O Código de Obras conterá dispositivo determinando que as construções públicas, como vias, viadutos e passarelas, ou particulares de uso industrial, comercial, ou residencial, quando coletivas, tenham acesso especial para as pessoas portadoras de deficiência física."

" ARTIGO 201 — O saneamento básico é ação de saúde pública e serviço público essencial, implicando seu direito garantia inalienável, ao cidadão, de:

I – abastecimento de água com qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

II – coleta, disposição e tratamento de esgotos cloacais e dos resíduos sólidos domiciliares, e a drenagem das águas pluviais;

III – controle de vetores, com utilização de métodos específicos para cada um e que não causem prejuízos ao homem, a outras espécies e ao meio ambiente.

Parágrafo Único: O serviço público de água e esgoto é atribuição precípua do Município, que deverá estendê-lo progressivamente a toda a população, mantendo, na forma da lei, mecanismos institucionais e financeiros destinados a garantir os benefícios do saneamento básico à totalidade da população, compatibilizando o planejamento local com o do órgão gestor das bacias hidrográficas em que estiver parcial ou totalmente inserido."

ARTIGO 41 – O inciso VI do Artigo 202 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 202- Caberá ao Município, em cooperação com a União e com o Estado:

VI -constituir grupo de trabalho, para elaboração do Plano Diretor Rural, o qual será formado pelas entidades e associações rurais."

ARTIGO 42 – O parágrafo único do Artigo 208 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 208- são áreas de proteção permanente:

PARÁGRAFO ÚNICO -O sistema de proteção e desenvolvimento do meio-ambiente será auxiliado pela Policia Militar do Estado, através de suas unidades de policiamento florestal e de mananciais, incumbidas da prevenção e repressão, ***em*** nível estadual, das infrações cometidas contra o meio-ambiente, sem prejuízo dos corpos de fiscalização dos demais órgãos especializados, inclusive da administração municipal."

ARTIGO 43 - O Artigo 217 da Lei Orgânica do Município de Tremembé passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 217- Fica mantido o número **de 13 (treze) Vereadores da Câmara Municipal de Tremembé, o qual poderá ser readaptado nos termos do artigo 29, inciso IV e alíneas, da Constituição Federal."**

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 08

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, NA FORMA QUE ESPECIFICA."

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O inciso IX do Artigo 85, da Lei Orgânica do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Artigo 85 - ...

I - ...

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público."

ARTIGO 2º - Ficam suprimidas as alíneas "a", "b" e "c" do inciso IX do artigo 85, da Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 3º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de maio de 2001.

VER. JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO – Presidente
VER. ANTONIO CARLOS FERREIRA – 1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de maio de 2001.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 08

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, NA FORMA QUE ESPECIFICA"

OK

Artigo 1º- O inciso IX do artigo 85, da Lei Orgânica do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 85 - ...

I - ...

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público."

Artigo 2º - Ficam suprimidas as alíneas '"a", "b" e "c" do inciso IX do artigo 85, da Lei Orgânica do Município.

Artigo 3º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de maio de 2001.

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO
Presidente

ANTONIO CARLOS FERREIRA
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de maio de 2001.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 07

"ALTERA A REDAÇÃO DO § 5º DO ARTIGO 89 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ –SP"

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA

ARTIGO 1º - O § 5º do Artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Tremembé –SP, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 89 - ...
§ 5º - Nenhum servidor público a que se refere o "caput" deste artigo poderá perceber remuneração mensal bruta inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente no País, observando-se, entretanto, como limite máximo os valores recebidos em espécie, pelo Prefeito Municipal."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de abril de 2001.

VER. JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO – Presidente

VER. ANTONIO CARLOS FERREIRA – 1° Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de abril de 2001.

Maria Cristina Confalone – Diretora Geral

EMENDA Á LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 07

" ALTERA A REDAÇÃO DO § 5º DO ARTIGO 89 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ – SP."

ARTIGO 1º - O § 5º do Artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Tremembé-SP, passa a vigorar com a seguinte redação:

" *ARTIGO* 89 - ...

§ 5º - Nenhum servidor público a que se refere o "caput" deste artigo poderá perceber remuneração mensal bruta inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente no País, observando-se, entretanto, como limite máximo os valores recebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de abril de 2001.

OK

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO
Presidente

ANTONIO CARLOS FERREIRA
1º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de abril de 2001.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 06

ALTERA A REDAÇÃO, SUPRIME E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - A alínea "b", do Parágrafo 1º, do Artigo 19 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 19 - ...

§ 1º - ...

b) requisitar de seus responsáveis a entrega e/ou exibição de documentos e a prestação de esclarecimentos, importando em infração político-administrativa quando o não atendimento for pelo Prefeito ".

ARTIGO 2º - O Artigo 24, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, com a modificação dada através da Emenda nº 01, de 31 de dezembro de 1993, que fica acrescentado dos parágrafos abaixo enumerados, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 24 - A Mesa da Câmara poderá enviar solicitação de documentos e pedidos de informações ao Prefeito, aos seus auxiliares diretos ou a qualquer pessoa responsável dentro da administração pública direta ou indireta do Município.

§ 1º - O não atendimento pelo Prefeito, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como a prestação de informação falsa, importará na prática de infração político-administrativa, passível de cassação do mandato.

§ 2º - O não atendimento pelos auxiliares diretos ou por qualquer responsável dentro da administração pública direta ou indireta do Município, dentro do prazo assinalado, bem como a prestação de informação falsa, importará em

Off Set Gráfica Editora Taubaté

crime de responsabilidade."

§ 3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito poderão requisitar documentos, informações e depoimento pessoal do Prefeito, dos seus auxiliares diretos ou de qualquer pessoa responsável dentro da administração pública direta ou indireta do Município, no prazo assinalado, que não comportará dilação, importando, no caso do Prefeito, em infração político-administrativa o não atendimento, bem como a prestação falsa, e em crime de responsabilidade nos demais casos."

ARTIGO 3º - O Artigo 28, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, fica acrescentado do seguinte inciso:

"Artigo 28 - ...

XXI - fiscalizar, controlar e sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, bem como todo ato administrativo praticado com ofensa ao ordenamento jurídico pátrio.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Inciso II do Parágrafo 4º do Ârtigo 49 da Lei Orgânica Municipal, fica acrescido de alínea "f", com a seguinte redação:

"Artigo 49 - ...

§ 4º - ...

II - ...

f) terceirização de quaisquer serviços públicos."

ARTIGO 4º - O Artigo 62, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, alterado através da Emenda Nº 03, de 13 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 62 - O Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderá, sem prévia licença da Câmara Municipal, sair do País ou se ausentar do Município por período superior a 8 (oito) dias consecutivos, bem assim quando sua ausência, mesmo a serviço, importar em despesa global, para os cofres públicos, de quantia igual ou superior ao valor do menor piso salarial pago a servidor público municipal, sob pena de incidir na prática

Off Set Gráfica Editora Taubaté

de infração político-administrativa."

ARTIGO 5º - O inciso XIII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, com a modificação introduzida através da Emenda nº 01, de 31 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 65 - ...

XIII - remeter à Câmara, no prazo assinalado, os documentos e as informações solicitadas pela mesma, salvo prorrogação justificada, a seu pedido, por igual prazo estabelecido e uma única vez, em face da complexidade da matéria ou de dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, dos dados pleiteados."

ARTIGO 6º - O inciso XXXIII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, com modificação dada através da Emenda nº 03, de 13 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 65 - ...

XXXIII - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para sair do País para se ausentar do Município quando por mais de 8 (oito) dias consecutivos, ou em qualquer hipótese em que sua ausência importar em despesa global, para os cofres públicos, de quantia igual ou superior ao valor do menor piso salarial pago a servidor público municipal, sob pena de incidir na prática de infração político-administrativa, passível de cassação do mandato."

ARTIGO 7º - Ficam suprimidos os incisos II, IV, V e VI, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, ficando o inciso III, em consequência, renumerado para inciso II, do referido artigo.

ARTIGO 8º - O Artigo 88, da Lei Orgânica do Município, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

" Artigo 88 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos ocupantes de cargos ou funções de confiança de que trata o presente artigo, bem assim todo e qualquer servidor público municipal que se ausentar

do Município, a que título for, por determinação superior, somente serão ressarcidos das despesas realizadas, ou suportadas pelo erário, até a metade do limite máximo estabelecido para o Prefeito, configurando delito penal a burla ao presente preceito, salvo se obtida previamente a indispensável autorização legislativa."

ARTIGO 9º - O Parágrafo Único do Artigo 226, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 26 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Executivo deverá, até 31 de dezembro de 1997, tomar medidas necessárias à cessação definitiva de atividades referidas neste artigo, dentro de todo o território do Município, sob pena de incidir na prática de infração político-administrativa, passível de cassação do mandato."

ARTIGO 10 - Esta emenda entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de julho de 1997.

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO
Presidente

ABIGAIR RAIMUNDO DE GODOI
1º Secretário

DÉCIO SILVA AZEVEDO
Vice-Presidente

ADOLFO SANTOS JÚNIOR
2º Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de julho de 1997.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

Off Set Gráfica Editora Taubaté

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 05

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11, DO § 5º DO ARTIGO 15 E DO ARTIGO 16 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE **EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

ARTIGO 1º - O Artigo 11, parágrafo 5º do Artigo 15 e o Artigo 16, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 11 – A Câmara Municipal de Tremembé reunir-se-á em Sessão Legislativa anual, independentemente de convocação, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro."

"ARTIGO 15 - ...

§ 5º - A eleição para renovação da Mesa da Câmara será feita em primeiro escrutínio, pela maioria absoluta de seus membros e, em segundo escrutínio, pela maioria simples, através de Sessão Extraordinária designada para essa finalidade e a ser realizada às 19:00 horas do último dia útil da segunda Sessão Legislativa de cada Legislatura."

"ARTIGO 16 – Os membros da Mesa e seus substitutos serão eleitos para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo durante a Legislatura."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de novembro de 1996.

VER. RENATO VARGS JÚNIOR – Presidente

VER. SCHEHERAZAD DO PRADO SOUZA – 1ª Secretária

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de novembro de 1996.

Geni de Fátima Coelho Queiroz – Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 05

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11, DO § 5º DO ARTIGO 15 E DO ARTIGO 16 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE **EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

ARTIGO 1º - O Artigo 11, parágrafo 5º do Artigo 15 e o Artigo 16, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 11 - A Câmara Municipal de Tremembé reunir-se-á, em Sessão Legislativa anual, independentemente de convocação, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro."

"ARTIGO 15 - ...

§ 5º - A eleição para renovação da Mesa da Câmara será feita em primeiro escrutínio, pela maioria absoluta de seus membros e, em segundo escrutínio, pela maioria simples, através de Sessão Extraordinária designada para essa finalidade e a ser realizada às 19:00 horas do último dia útil da segunda Sessão Legislativa de cada Legislatura."

"ARTIGO 16 - Os membros da Mesa e seus substitutos serão eleitos para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo durante a Legislatura."

off set gráfica editora taubaté

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de novembro de 1996.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Presidente

SCHEHERAZADO DO PRADO SOUZA
1ª Secretária

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de novembro de 1996.

GENI DE FÁTIMA COELHO QUEIROZ
Diretora Geral

off set gráfica editora taubaté

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 04

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO PELA FORMA QUE ESPECIFICA."

JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O artigo 11, parágrafo 5º do artigo 15, artigo 16, parágrafo 3º do artigo 18 e o parágrafo único do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 11" – (ALTERAÇÃO REVOGADA).
"Artigo 15 - ...
5º - (ALTERAÇÃO REVOGADA)

"Artigo 16 " – (ALTERAÇÃO REVOGADA)

"Artigo 18 - ..
§ 3º - Na constituição das comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Câmara."

"Artigo 48 - ...
Parágrafo Único – A matéria lida no Expediente da Sessão, conforme disposto no "caput" deste artigo, não poderá ser objeto de discussão e votação no mesmo dia, excetuando-se moções subscritas, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara".

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 15 de junho de 1994.

VER. JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES – Presidente
VER. WILSON DO AMARAL – 1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Tremembé, aos 15 de junho de 1994.

Geni de Fátima Coelho Queiroz – Diretora Geral

Alterada p/ Emenda Nº 05

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 04

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO PELA FORMA QUE ESPECIFICA."

JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O artigo 11, parágrafo 5º do artigo 15, artigo 16, parágrafo 3º do artigo 18 e o parágrafo único do artigo 48, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 11 - Independentemente de convocação, a Câmara se reunirá, em Sessão Legislativa, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro."

"ARTIGO 15 - ...

Parágrafo 5º - A eleição para renovação da Mesa da Câmara será feira, em primeiro escrutínio, pela maioria absoluta de seus membros e, em segundo escrutínio, pela maioria simples, através de Sessão Extraordinária designada para essa finalidade e a ser realizada às 19,00 horas do último dia útil da sessão legislativa, a partir do segundo ano de cada legislatura."

"ARTIGO 16 - O mandato dos membros da Mesa, com duração de um ano, terá início em 1º de janeiro, com a posse automática dos eleitos, e término em 31 de dezembro, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo durante a legislatura."

*"ARTIGO 18 - ...

Parágrafo 3º - Na constituição das comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Câmara."

Permanecem 18 e 48?

Revogada

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

«CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA»

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 03

"ALTERA DISPOSITIVOS CONSTANTES DOS ARTIGOS 28, 62 E 65 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO."

JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - O Inciso VII do Artigo 28, o Artigo 62 e o Inciso XXXIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, passam a vigorar na seguinte conformidade:

"ARTIGO 28 - ...

VII - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando por mais de 08 (oito) dias, ou a sair do País, por demonstrada necessidade de serviço."

"ARTIGO 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem prévia licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a 08 (oito) dias ou sair do País sob pena de perda do mandato."

"ARTIGO 65 - ...

XXXIII - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para se ausentar do Município por mais de 08 (oito) dias ou para sair do País."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 13 de abril de 1994.

JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES
Presidente

WILSON DO AMARAL
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Tremembé, aos 13 de abril de 1994.

GENI DE FÁTIMA COELHO QUEIROZ
Diretora Geral

"ARTIGO 48 - ...

Parágrafo Único - A matéria lida no Expediente da Sessão, conforme disposto no "caput" deste artigo, não poderá ser objeto de discussão e votação no mesmo dia, excetuando-se moções subscritas, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara."

ARTIGO 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 15 de junho de 1994.

JOSÉ MÁRCIO ARAÚJO GUIMARÃES
Presidente

WILSON DO AMARAL
1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Tremembé, aos 15 de junho de 1994.

GENI DE FÁTIMA COELHO QUEIROZ
Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 03

REVOGADA

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 02

"ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ."

CELSO MESSIAS DE FREITAS RAMOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Os dispositivos da Lei Orgânica do Município de Tremembé abaixo relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 58 – Substituirá o Prefeito, nos casos de impedimento, inclusive afastamento, licença e férias, e o sucederá, no de vaga, o Vice-Prefeito."

"Artigo 59 – Na ausência ou falta de substituto legal do Prefeito, assumirá a Administração Municipal o Presidente da Câmara."

ARTIGO 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 31 DE DEZEMBRO DE 1993.

VER. CELSO MESSIAS DE FREITAS RAMOS – Presidente
VER. ARMANDO IORI – 1º Secretário

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 31 DE DEZEMBRO DE 1993.
Geni de Fátima Coelho Queiroz – Diretora Geral

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 01

CELSO MESSIAS DE FREITAS RAMOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Os artigos, parágrafos e incisos da Lei Orgânica do Município de Tremembé abaixo discriminados passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 " – Alteração revogada (ADIN)
"Art.24" - Alteração revogada (ADIN)
"Art. 28" - Alteração revogada (ADIN)

"Artigo 46 - ...

§ 3º - O prazo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos projetos de leis complementares e não corre nos períodos de recesso da Câmara e quando houver pedidos de informações formulado por Comissão sobre matéria tratada na proposição, interrompendo-se a contagem, neste último caso, na data em que for recebido o pedido de informações pelo Prefeito e voltando a fluir normalmente na data em que a respectiva resposta chegar à Câmara."

"Artigo 61 - ..."

§ 2º - Para concorrer a outro cargo eletivo, o Prefeito deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito."

"Artigo 65 "- Revogado.

"Artigo 67 - ...

§ 1º - É igualmente vedado ao Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada."

"Artigo 90 – . Alteração revogada (ADIN)

"Artigo 174 – O Poder Executivo publicará e encaminhará à Câmara, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, informações completas sobre as receitas arrecadas e aplicadas em educação, colocando-se nestes dados as receitas vindas da União e do Estado, discriminadas por nível de ensino e sua aplicação."

"Artigo 177 – É proibida a cessão, permissão ou autorização de uso de próprios municipais para funcionamento de estabelecimentos de ensino privados, de qualquer natureza, excetuados os que não tiverem fins lucrativos."

"Artigo 227 – É garantida a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade e aos portadores de deficiências físicas."

ARTIGO 2º - Ao artigos 65, 120 e 122 da Lei Orgânica do Município de Tremembé ficam acrescidos, respectivamente, dos seguintes inciso e parágrafos:
"Artigo 65 - ...

XL – Alteração revogada (ADIN).

"Artigo 120 - ...

Parágrafo Único – O Município poderá deslocar servidores para execução de serviços de manutenção em prédios destinados a escolas públicas, igrejas, hospitais filantrópicos e entidades assistenciais sem fins lucrativos.

"Artigo 122 – § 3º " - Alteração revogada (ADIN).

ARTIGO 3º - Ficam suprimidos os seguintes dispositivos da Lei Orgânica do Município de Tremembé:

1 – inciso III do § 3° do art. 49;
2 – parágrafo único do art. 233.

ARTIGO 4º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 31 de dezembro de 1993.

VER. CELSO MESSIAS DE FREITAS RAMOS – Presidente
VER. ARMANDO IORI – 1º Secretário

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ AOS 31 DE DEZEMBRO DE 1993.
Geni de Fátima Coelho Queiroz – Diretora Geral